

“O ponto em comum entre as abordagens do PPG-AU é a adesão política à expansão da justiça cognitiva”

Conversa com:

Ana Fernandes

Coordenadora do PPG-AU/FAUFBA (1991-1995)

Universidade Federal da Bahia

O encontro dos Cadernos PPG-AU/FAUFBA com Ana Fernandes ocorreu telepresencialmente, em 2 de novembro de 2024. Gravado, foi transcrito por inteligência artificial e revisado por outro aplicativo de IA, pelo editor Leo Name e pela própria Ana Fernandes.

Na conversa, a pesquisadora destacou o contexto de sua formação em Arquitetura e Urbanismo na FAUUSP da década de 1970, de repressão intensa da ditadura militar, o que trazia politização e criatividade. Lá, debates sobre urbanismo, especulação imobiliária e planejamento estatal eram frequentes, com forte influência do movimento estudantil. Após a graduação, especializou-se na PUC-SP, em um ambiente intelectual efervescente, e realizou doutorado na França, no Instituto de Urbanismo de Paris. Sua tese analisou o bairro central do Bom Retiro, em São Paulo, destacando sua singularidade como centro industrial de confecções com decréscimo demográfico, alta proporção de imóveis alugados e forte influência de imigrantes nas transformações locais.

De volta ao Brasil, escolheu viver na Bahia e foi acolhida pela FAUFBA em 1985, inicialmente com uma bolsa próxima ao que chamamos, hoje, de pós-doutorado — inclusive vindo a ministrar aulas no MAU, atualmente PPG-AU. Entre 1991 e 1995, já concursada, coordenou o programa, conduzindo o desenho das primeiras linhas de pesquisa, o aprimoramento do currículo e a realização de eventos acadêmicos de destaque, como o Seminário de História Urbana, o que fortaleceu a conexão com a comunidade acadêmica nacional e internacional. Comparando o MAU dos anos 90 ao atual PPG-AU, destacou que, no passado, o programa era menor, de turmas reduzidas e centrado em críticas ao estruturalismo, à tecnocracia, ao positivismo e à ideia de evolução urbana. No presente, é bem maior, mais diversificado e dedicado a novos paradigmas, tendo a integração com a sociedade como aspecto essencial da formação — o que revela, segundo ela, um engajamento em prol da justiça cognitiva. O ambiente, em ambos os períodos, foi e é de maior diversidade e menor competitividade, se comparado a outras instituições.

Do grupo de pesquisa que coordena, o Lugar Comum, destacou sua posição de conexão entre a Academia e as comunidades, em articulação com lideranças locais e instituições, além das várias pesquisas sobre Direito à Cidade e Reforma Urbana na América Latina. Por fim, refletiu sobre o protagonismo das mulheres na área acadêmica de Urbanismo, associando-o ao cuidado e à manutenção das estruturas sociais e acadêmicas. Contudo, salientou a persistente desigualdade de gênero e raça, observando que a maior presença feminina pode ter explicação na desvalorização salarial na carreira acadêmica.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Vamos começar falando um pouco sobre a sua formação. Você se graduou em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, no final da década de 1970. Como era a formação da arquiteta e do arquiteto e urbanista, no Brasil, nesse momento? Havia muitas diferenças em relação ao que vemos hoje?

Ana Fernandes: O que diferencia radicalmente a formação em Arquitetura e Urbanismo daquela época é o contexto político. Entrei em 1974 e me formei em 1978, um período de repressão intensa, especialmente entre 1974 e 1975. Na universidade, questionava-se tudo: o que era ensinado, pensado... A FAUUSP perdeu professores importantes, como Sérgio Ferro e [Vilanova] Artigas, afastados por processos disciplinares, e a reitoria era alinhada à direita. A Faculdade vivia uma ebulição constante, tanto política quanto criativa, e sentíamos isso intensamente. Nas rampas da Faculdade de Arquitetura, discutíamos o que estava acontecendo, e essa intensidade marcou nossa formação. Na época, em plena ditadura, era comum nos perguntarmos se alguém era um infiltrado do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social]. Esse ambiente também se refletia no currículo da FAU, que era bem aberto. Inspirada na Bauhaus, a faculdade abrangia as áreas de projeto de arquitetura, planejamento urbano, programação visual e desenho industrial, permitindo que cada um seguisse seu próprio percurso, e o departamento de história, por exemplo, reunia professores de formações diversas, proporcionando uma formação rica e crítica.

Desde o início, meu caminho foi voltado para temas urbanos e urbanísticos. Havia uma politização evidente na produção de trabalhos, embora não de todos. O movimento estudantil era muito forte, com reuniões e discussões que me motivavam a me interessar mais pela política e pela ordem das coisas, pensando em como elas poderiam ser transformadas. A UNE [União Nacional dos Estudantes] estava em processo de reconstrução, o que também incentivava essas reflexões. Na Faculdade de Arquitetura, tínhamos grupos políticos marcantes. Na USP como um todo, havia o *Movimento de Emancipação do Proletariado* e os grupos *Refazendo* e *Liberdade e Luta*. Este último tinha uma presença significativa na faculdade, enquanto o Partido Comunista estava mais relacionado a alguns professores do que ao movimento estudantil. A *Liberdade e Luta*, em particular, era uma tendência estudantil extremamente ativa e intelectualizada, que utilizava debates artísticos e culturais como estratégia de engajamento. Lembro bem das discussões sobre o manifesto *Por uma Arte Revolucionária Independente*, de André Breton e Leon Trotsky ([1938] 2020), que fazia uma crítica contundente ao realismo socialista promovido pelo stalinismo. Essas iniciativas mobilizavam bastante a faculdade e

incentivavam leituras, como textos de Marx e outros autores. Era um ambiente que estimulava o pensamento crítico. A sociologia urbana, especialmente a francesa de orientação marxista, estava chegando com força, trazendo críticas à especulação imobiliária e revisões das teorias de renda da terra. Ao mesmo tempo, havia uma crítica ao planejamento estatal, já que o Estado era uma ditadura militar. Mesmo as discussões menores traziam um posicionamento crítico em relação à forma como o Estado operava na produção das cidades.

Recentemente, tivemos uma reunião de 50 anos de ingresso e ainda existe um forte sentimento de união entre a turma. Eu vejo esse período como uma conjuntura de formação absolutamente distinta do que vivemos hoje. Por outro lado, temos atualmente uma série de questões também importantes para a formação na área. Não quero dizer que aquele fosse o único referencial possível. Felizmente, temos hoje outras possibilidades, e muitas delas enriquecem a prática e o pensamento.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Depois você fez uma especialização e um doutorado...

Ana Fernandes: Veja, foi em um período em que essas formações ainda estavam em processo de institucionalização. Havia um curso na PUC de São Paulo chamado Planejamento e Participação. Esse curso era conduzido pelo sociólogo Pedro Jacobi, que fazia parte de uma instituição chamada URPLAN, que era um instituto de planejamento regional e urbano criado em meados dos anos 70, reunindo pessoas vinculadas a uma formação católica — à chamada ação católica. Além do Pedro Jacobi, havia figuras como o Cândido Malta Campos Filho, uma referência extremamente importante, ainda viva, no campo do planejamento urbano e regional. Também a Maria da Glória Gohn, que escreveu bastante sobre participação popular, e o Celso Lamparelli, que, se não me engano, vinha da ação católica, e promovia discussões em um grupo de estudos de que participei. Ele trabalhava na FUNDAP [Fundação para o Desenvolvimento Administrativo], ligada à Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. A FUNDAP era um espaço importante que reunia intelectuais para debater a cidade. Promovia seminários sobre questões como renda da terra, equipamentos coletivos — de educação, saúde, esporte etc. — e críticas à estruturação desses equipamentos. Henri Lefebvre e outros teóricos eram muito presentes nessas reflexões.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: E depois você foi fazer doutorado na França, certo?

Ana Fernandes: Exato. Naquele momento, meu primeiro e único emprego fora da universidade tinha sido na COGEP, a Coordenação Geral de Planejamento da Prefeitura de São Paulo. O coordenador era o Cândido Malta Campos Filho, que reuniu vários

pensadores para assessorar a gestão que desenvolvia. Isso foi em 1979, eu havia me formado em 1978 e comecei a trabalhar, lá, em meados do ano. Eu tinha uma grande vontade de sair do Brasil, nunca tinha saído antes... Na COGEP, começou um movimento em relação ao consulado brasileiro em São Paulo e à política de bolsas do governo francês no campo do urbanismo e do planejamento urbano, muito vinculada ao Instituto de Urbanismo de Paris, o IUP. Uma amiga muito próxima foi fazer um estágio na França, e isso despertou meu interesse. Resolvi tentar algo parecido, mesmo sem ter um plano estruturado.

Fui aceita pelo IUP, onde havia uma professora importante, Hélène Lamicq, que era casada com o geógrafo Michel Rochefort. Ambos tinham conexões com o Brasil: Hélène havia pesquisado o setor informal, e Rochefort prestava consultorias em projetos para cidades médias no Brasil. Ela aceitou meu projeto, e eu comecei minha formação no sistema francês. Naquela época, o processo de formação incluía o "*troisième cycle*", o terceiro ciclo, que oferecia dois tipos de doutorado: o doutorado de Estado, mais prestigiado, voltado para pesquisadores mais maduros, e o doutorado de terceiro ciclo, mais acessível. Antes do doutorado, havia o Diploma de Estudos Aprofundados, que exigia a apresentação e a aprovação de um projeto por uma banca rigorosa. Esse diploma era o passo inicial para o doutorado. Foi um período intenso, com muitos brasileiros na França, alguns com bolsas do governo francês, outros com bolsas do CNPq. Havia mobilizações políticas no IUP, e a professora Hélène Lamicq costumava dizer que eram sempre os brasileiros e os gregos que puxavam discussões para mudar alguma coisa. A gente criticava, por exemplo, o que chamávamos de "venda de tecnologia de transporte" para o Brasil e discutia questões de desigualdade. Em 1981, durante a Guerra das Malvinas, houve um debate sobre o apoio da França à Inglaterra. Esse tipo de discussão, sobre autodeterminação e questões geopolíticas, mostrava como a formação estava sempre conectada ao contexto político e social. Foi um período formativo muito marcante, em que esses acontecimentos influenciavam profundamente nossas experiências acadêmicas e pessoais.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Sua tese foi sobre o quê?

Ana Fernandes: Minha tese (FERNANDES, 1985) foi sobre um bairro de São Paulo chamado Bom Retiro. Inicialmente, comecei investigando a questão da renda da terra. Num determinado momento, discuti o projeto com o Milton Santos, e ele me disse: "Minha filha, abandona isso. Isso não tem interesse algum para o que precisa ser estudado." Essa conversa foi muito marcante e me fez repensar minhas abordagens. Na época, trabalhando na COGEP, eu tinha acesso a uma grande mapoteca. Lembro de um dia

estar analisando os planos do [Louis-Joseph] Lebreton para São Paulo, que eram extremamente detalhados. Observando os dados do centro da cidade, percebi algo curioso: havia áreas que perdiam população. Isso me intrigou, porque São Paulo sempre é associada ao crescimento contínuo, à expansão. Comecei a questionar: como, em uma cidade como essa, existem lugares que perdem habitantes? O que explica isso? Isso despertou meu interesse por lógicas não dominantes, que depois se conectaram às discussões sobre formações econômico-sociais. Essas discussões eram muito presentes nos anos 70, criticavam o stalinismo e traziam contribuições importantes de teóricos italianos, como a transição de uma abordagem baseada no modo de produção capitalista para a ideia de formação econômico-social. Esse debate envolvia também um resgate do pensamento de Lenin e da vertente marxista.

No caso do Bom Retiro, era interessante porque era um bairro industrial localizado no centro da cidade, algo atípico. Geralmente, o centro é associado ao comércio e serviços, mas o Bom Retiro tinha uma concentração significativa de indústrias. Além disso, o bairro apresentava uma proporção elevada de imóveis alugados, contrastando com a expansão da propriedade privada (ou similar) em outras áreas, mesmo as de renda mais baixa. Outro ponto marcante era que, no Bom Retiro, tudo era muito próximo. Não havia as longas distâncias entre residência e trabalho, comuns na cidade capitalista brasileira. Isso me levou a questionar: como isso é possível em um contexto de produção urbana baseado na renda da terra? Desenvolver esse trabalho foi muito interessante. A pesquisa acabou se expandindo para analisar bairros centrais industriais de São Paulo, não apenas o Bom Retiro. Analisei profundamente as dinâmicas urbanas e o papel das indústrias, especialmente a de confecções, que caracterizam o bairro até hoje. Também explorei a presença de imigrantes, como judeus, e o impacto das transformações com a chegada dos coreanos. Era um bairro marcado por muita habitação verticalizada e intensa atividade econômica.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: E, por fim, para finalizar sua trajetória, o que te trouxe à Bahia e à UFBA?

Ana Fernandes: Quando estávamos para voltar ao Brasil, avaliamos quais seriam as melhores possibilidades. Concluímos que a Bahia poderia ser mais acolhedora. Naquela época, existia um programa chamado Desenvolvimento Científico Regional, que hoje se aproxima do que chamamos de pós-doutorado. Quem defendia o doutorado podia pleitear essa bolsa, que permitia inserção em uma universidade ou programa por três anos. Assim que cheguei a Salvador, procurei saber o que poderia fazer. Conversando com Maria Brandão, ela mencionou o MAU, o Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da

UFBA, que tinha sido criado em 1983 e ainda estava se estruturando. Era uma oportunidade interessante. Logo conheci Pasqualino [Romano Magnavita], que era o Coordenador, e [Antônio] Heliodório [Lima Sampaio], o Vice, que me acolheram como bolsista. Comecei a dar aulas, inicialmente com muito susto, em uma disciplina chamada Estrutura Urbana e Uso do Solo. Isso foi em 1985. Trabalhei com Paulo Rocha, um professor de planejamento urbano que fez vários planos e recentemente se aposentou, e com Pedro Vasconcelos, um geógrafo com quem trabalhei um longo período. O programa foi extremamente acolhedor. Nessa época, Marco [Aurélio de Filgueiras Gomes] já havia chegado, estava se integrando, e a professora Griselda [Pinheiro Kluppel] tinha vindo para a Faculdade de Arquitetura, embora não diretamente para o mestrado. Fiquei três anos como bolsista, depois fui professora visitante por dois anos e substituta por mais um ano. Em 1991, prestei concurso, fui aprovada e entrei definitivamente na FAUFBA.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Já em 1991, você inicia sua primeira gestão como Coordenadora do PPG-AU/FAUFBA, na época ainda MAU. A segunda gestão foi entre 1993 e 1995, e ambas tiveram Odete Dourado como Vice. Qual era o cenário da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, no Brasil e, especificamente, no PPG-AU?

Ana Fernandes: Como é que eu viro Coordenadora tão rápido? Acho importante contextualizar... Em 1988, eu estava na comissão de organização da terceira Semana de Urbanismo da Bahia, junto com Heliodório. Essa foi a terceira edição — a primeira tinha acontecido em 1935, a segunda em 1985, e a terceira foi organizada, por nós, em 1988. Já em 1990, eu e Marco estruturamos o Seminário de História Urbana, um evento que veio a se tornar muito relevante na área. Em 1991, abrigamos na FAUFBA o Encontro Nacional da ANPUR, que foi outro marco importante. Trouxemos nomes de peso, como [Christian] Topalov, que foi um dos principais conferencistas. Já no Seminário de História Urbana, tivemos participações de figuras como Milton Santos, Stella Bresciani e Maurício Abreu. Esses eventos reforçavam nossa conexão com a Academia e traziam uma legitimidade importante para o programa, que já tinha essa busca por comunicação com outras instituições e eventos, o que nos dava certa projeção. Esses esforços ajudaram a consolidar minha trajetória e, de alguma forma, contribuíram para minha eleição como Coordenadora. Entre 1991 e 1995, tivemos a responsabilidade de entender o que era o relatório Capes. Era o começo de uma compreensão do que se esperava de um programa de pós-graduação. Precisávamos entender o conceito de linha de pesquisa — algo mais abstrato do que grupo de pesquisa — e foi nesse período que construímos as primeiras, como Processos Urbanos Contemporâneos, História Urbana e Tecnologia de Preservação e Restauro. A professora Odete foi uma figura fundamental nesse processo,

com grande capacidade para problematizar os principais teóricos da preservação, especialmente os italianos, que eram sua maior referência.

Recentemente, encontrei um ofício que enviei à Pró-reitoria em 21 de setembro de 1992. O documento fazia um diagnóstico do programa. Tínhamos três áreas de concentração: Desenho Urbano, Conservação e Restauro, e Análise Urbano-Regional, sendo que a última incubou os futuros mestrado e doutorado em Geografia. O currículo estava em reestruturação, com Desenho Urbano e Conservação e Restauro guiando as mudanças. Por exemplo, substituímos a disciplina Estrutura Urbana e Uso do Solo por Teorias da Cidade, oferecendo um panorama crítico do século XX, desde a Escola de Chicago até a crítica marxista. Também era necessário ampliar a integração curricular. As disciplinas eram fragmentadas, e trabalhamos para torná-las mais coesas. O tempo médio de titulação estava reduzindo: de seis anos e sete meses na turma de 1983 para três anos e sete meses na de 1988. Ainda assim, havia desafios, como a taxa de titulação de apenas 46% na turma de 1985, e o aumento do doutoramento dos professores — tínhamos 67% de professores doutores, o que era muito para a época. Mesmo assim se desejava mais. Esses números refletiam a necessidade de melhorar os processos seletivos e aprofundar os projetos de pesquisa apresentados.

A revista RUA existia desde 1988, inventada por Marco e Griselda. Durante minha gestão com Odete, criamos os Cadernos Pretextos, que combinavam textos em desenvolvimento e pretextos para discussões. Foi nesse período também que reconfiguramos a identidade visual do programa, adotando o Forte São Marcelo como logotipo. O mestrado contava com núcleos de apoio à pesquisa, como o NTPR,¹ o LACAM,² o LCAD,³ o

¹ Nota dos Editores (N.E.) — Coordenado pelo professor Mário Mendonça de Oliveira, o Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração (NTPR) é o único laboratório brasileiro, e possivelmente sul-americano, focado em estudos científicos de Conservação e Restauração de Monumentos Históricos. Investiga a durabilidade de materiais arquitetônicos e oferece consultorias e análises em estados brasileiros e sul-americanos, além de colaborar com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e manter parcerias com a Escola Politécnica e os Institutos de Geociências, Química, Física e Biologia da UFBA. No âmbito internacional, trabalha com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Portugal), o Rathgen Institut (Berlim) e o Centro Gino Bozza (Milão).

² N.E. — Criado em 1986 e localizado no subsolo da FAUFBA, o Laboratório de Conforto Ambiental (LACAM) desenvolve pesquisas em simulação de iluminação natural e artificial e desempenho térmico do ambiente construído. A equipe integra professores da graduação, do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE) e do PPG-AU. Atua em projetos de adequação ambiental para museus, como o Museu de Arte Sacra da UFBA, e em pesquisas sobre o clima urbano, arquitetura e materiais de construção.

³ N.E. — Inicialmente chamado Laboratório de Computação Gráfica Aplicada à Arquitetura e ao Desenho, e renomeado, em 2014, como Laboratório de Estudos Avançados em Cidade, Arquitetura e Tecnologias Digitais, o LCAD é um centro multidisciplinar que pesquisa tecnologias de representação e intervenção. Fundado em 1992 pelos professores Arivaldo Leão de Amorim e Gilberto Corso Pereira, também funciona no subsolo da FAUFBA.

Núcleo de História Urbana⁴ e o Núcleo de Vídeo em Arquitetura, que surgiu com o documentário *Salvador Pretérito Imperfeito*,⁵ mas não existe mais. Naquele período, discutíamos também questões como a exclusão de professores aposentados do programa, o que considerávamos um problema. Mais tarde, esses professores seriam reintegrados através do PROPAP [Programa de Professores Aposentados da UFBA], mas, na época, essa exclusão era um desafio para a titulação e o fortalecimento do corpo docente. Em 1990 e em 1992, o programa foi classificado como A- pela CAPES, junto com a FAUUSP e a UFRJ. Isso colocava o programa entre os melhores da época, em um cenário em que Arquitetura e Planejamento Urbano ainda eram uma única área. Depois, houve a separação, e as duas áreas seguiram caminhos diferentes.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Comparando o MAU da década de 1990 com o PPG-AU da década de 2020, você consegue traçar diferenças entre os temas e autores em pauta ontem e hoje? O que mudou?

Ana Fernandes: Eu gostaria de destacar algo que considero muito importante: o quadro coletivo do programa. Sempre houve uma aposta na seriedade e no compromisso com a construção institucional, e isso foi fundamental. Acho importante ressaltar, porque é a base de qualquer construção acadêmica sólida. Também não dá para esquecer o papel dos estudantes. Contávamos com estudantes muito qualificados, que, em grande parte, não haviam tido antes a oportunidade de uma formação tão aprofundada. Eram pessoas consistentes, que traziam contribuições significativas ao programa.

Nos anos 90, tínhamos muitos horizontes intelectuais. Havia uma crítica nascente e pujante ao estruturalismo, que estava se desenvolvendo naquele momento. Temas como a história braudeliana, a micro-história e as lacunas da história estavam em discussão. Havia uma crítica forte ao positivismo e à ideia de evolução, que era muito presente na época. Lembro bem de como enfrentávamos essa noção, especialmente em relação à evolução das cidades, uma ideia que, depois, felizmente, foi completamente desnaturalizada. As questões políticas da participação e a crítica à tecnocracia também eram muito marcantes. Nos anos 90, o "local" se tornou um tema de extrema relevância. Além disso, havia um embate com o modernismo, em diferentes frentes, e o surgimento

⁴ N.E. — O Núcleo de História Urbana (NHU) foi criado em 1989 por pesquisadores interessados nos diferentes processos de estruturação e transformação das cidades, suas concepções, representações, idealizações e instrumentos de intervenção, que conduzem estudos sobre pensamento urbanístico e transformação urbana, especialmente as modificações em áreas de interesse cultural. Coordenado por muitos anos por Marco Aurélio de Filgueiras Gomes, antes de seu afastamento por questões de saúde, o núcleo consolidou-se como interlocutor entre o PPG-AU, o MP-CECRE e instituições com atuação semelhante.

⁵ N.E. — O documentário pode ser assistido no YouTube. Cf. <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=zY0IbJDnJXQ>.

de novas perspectivas trazidas pelo pós-modernismo, que geraram debates intensos na pós-graduação, com muitos considerando o pós-modernismo uma espécie de derrota do pensamento, algo que desmantelava as possibilidades de compreensão do mundo. Os teóricos da preservação também tinham destaque. A Arquitetura, como objeto de reflexão específica, era pouco presente — algo que mudou um pouco, mas ainda não alcançou todo o potencial de expressão. A questão do poder, muito influenciada pela crítica foucaultiana, estava em foco. Falava-se do poder disseminado em redes pela sociedade, e não apenas centralizado no Estado. Além disso, havia discussões sobre hegemonia e como essas dinâmicas se manifestavam.

É importante pensar que a construção do pensamento ocorre em uma temporalidade média. Existem momentos de aceleração, geralmente em períodos de crise, mas também processos mais lentos. Por exemplo, muitas das ideias debatidas hoje já tinham sido pensadas por Nietzsche no século XIX. Essa mudança nos paradigmas de conhecimento não acontece de forma linear — elas se sobrepõem e ganham intensidade em determinados momentos históricos. O ano de 1989 foi um marco global, com a queda do Muro de Berlim, a Glasnost e o fim do socialismo soviético. Esses eventos trouxeram uma aceleração nas questões que já estavam em germinação, muitas vezes percebidas por alguns autores e ignoradas por outros.

É importante ainda lembrar que, naquela época, nossa participação nas discussões nacionais, como os fóruns de coordenadores, era muito significativa. Esses fóruns reuniam os poucos programas existentes nos anos 90. Por exemplo, o único doutorado na área até aquele momento era o da FAUUSP. Nosso doutorado só foi criado em 1999. Esses encontros construíam pontes importantes, permitindo que o programa fosse reconhecido. Além disso, os eventos da área começaram a se multiplicar, funcionando como marcadores da produção intelectual que acontecia em cada lugar e instituição.

Hoje, estamos em outro contexto. Primeiro, o tamanho do programa é incomparável. Antes, tínhamos turmas pequenas, com oito ou dez alunos e cerca de quinze professores. Funcionávamos em uma escala completamente diferente. Hoje, temos muitos grupos, e eu não consigo mais acompanhar toda a produção deles. Acho que isso é algo extremamente interessante. Grande parte desses grupos trabalha na interface entre a formação pós-graduada e os grandes temas da crise global. De forma geral, estamos falando de questões relacionadas à democracia, ao meio ambiente, à tecnologia e aos métodos de conhecimento. Esses temas são abordados de maneiras e intensidades diferentes, com compromissos variados, mas essa diversidade é muito rica. Percebo também o amadurecimento contínuo da Faculdade de Arquitetura da UFBA, que está

associado a uma grande renovação de pessoas. A FAUFBA sempre foi aberta ao externo. Se olharmos índices de endogenia — como gostam de chamar —, veremos que temos pessoas vindas de lugares muito distintos. Isso reflete a capacidade de atração que a Bahia tem, seja pela universidade ou pela capital em si.

Pelo que observo, o programa tem se destacado ao buscar congregar novas epistemes e ontologias no processo de construção do conhecimento. Isso é algo que percebo bastante presente, especialmente nos grupos que acompanho mais de perto. Vejo esses processos muito conectados aos territórios, o que se tornou quase indispensável nos discursos contemporâneos. Essa vinculação ao território aparece em diferentes perspectivas: algumas mais abstratas e conceituais, outras mais empíricas. Mas o ponto em comum entre as abordagens do PPG-AU é a adesão política à expansão da justiça cognitiva. Não sei se minha visão é ampliada por estar inserida nesse processo, mas percebo uma grande quantidade de atuações na Faculdade de Arquitetura, atualmente, não só no programa de pós-graduação, mas também em outras frentes. A faculdade, como um todo, tem se expandido nesse sentido. Essa expansão também se reflete geograficamente: África e América Latina se destacam como dois grandes territórios de referência, que ajudam a tirar as discussões do campo meramente discursivo e trazem novas possibilidades concretas. Enfim, acho que o número de possibilidades e linhas de ação que temos hoje, incluindo e para além do PPG-AU, é algo que agrega muitos interesses. Essa pluralidade, inclusive, atrai os estudantes, que acabam se engajando de forma significativa nessas questões. Para mim, essa é uma das características mais marcantes do momento atual.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Talvez possamos dizer que História Urbana, Direito à Cidade, Reforma Urbana e Territórios Populares são temáticas que sempre estiveram entre suas preocupações e que reverberam no grupo de pesquisa que você lidera, o Lugar Comum. Você pode falar um pouco sobre a criação desse grupo e como essas temáticas foram sendo construídas ao longo dos anos?

Ana Fernandes: O Lugar Comum começou com uma demanda dos estudantes, lá no início dos anos 2000. Criar grupos de pesquisa ou laboratórios estava se tornando algo cada vez mais requisitado pela Capes, pelo CNPq, e eu, sinceramente, resistia. Achava que era uma demanda puramente burocrática. Mas os estudantes insistiam: “Todo mundo tem um grupo de pesquisa, como é que a gente não tem?”. Naquela época, discutíamos muito Ernst Bloch, especialmente *O Princípio Esperança* ([1954] 2005). Era uma ideia que podia alimentar a produção acadêmica em sua conexão com a atuação social e com perspectivas políticas. Fizemos várias reuniões em torno desse conceito

e o professor Marcos Carvalho chegou até a fazer um desenho relacionado à ideia... Quando decidimos formalizar o grupo de pesquisa, por volta de 2010, eu queria algo que representasse o comum, o não excepcional, o não esplendoroso. Algo que mostrasse que a produção do conhecimento, a ação política e o ensino são de todos. Claro, existem hierarquias e formações distintas, mas queria algo que contemplasse diferentes horizontes. Pensei em chamar de Cidade Aberta, mas havia um programa policial de rádio, na Bahia, com nome parecido, então descartei. Um dia, surgiu o nome Lugar Comum. Achei interessante: é um lugar, é comum, cabe tudo, cabem todos. Além disso, tem a música do [Gilberto] Gil, que também dialoga com essa ideia. Eu não queria chamar de laboratório, porque achava o termo muito ligado às biológicas e exatas. Teria que repensar esse conceito para algo diferente, mas, no final, ficou mesmo como grupo de pesquisa. Conversamos e acabamos formalizando o grupo de pesquisa Lugar Comum.

Coincidentemente, isso se conectou a conjunturas instigantes. Por exemplo, havia uma discussão iniciada pela professora Angela Gordilho, que na época era Secretária de Habitação da Prefeitura. Ela começou a trabalhar com a ideia de planos de bairro, o que achei uma proposta interessante. Começamos a trabalhar essa ideia em um ateliê, buscando compreender o que poderia ser feito. O Bairro de Saramandaia se apresentou como interesse de uma das equipes de estudantes, que fizeram também conexão com um vigilante do Instituto de Geociências que lá morava. Além disso, o Bairro apresentava – e apresenta ainda – uma situação ímpar na geografia da cidade: uma ocupação popular no centro dinâmico de Salvador. Depois, surgiu um edital da PROEX [Pró-reitoria de Extensão], vinculado ao MEC e ao Ministério das Cidades. Acabamos propondo, para esse edital, um projeto para um plano de bairro em Saramandaia, que foi aprovado — se não me engano — entre 2011 e 2012. O que aconteceu, nesse processo, foi uma aproximação com as lideranças de Saramandaia, com a vida no bairro, e a construção desse plano. No entanto, nesse meio tempo, surgiu uma proposta da Prefeitura, como parte do programa Salvador Metrópole Mundial, lançado em 2010. Eles planejavam construir uma via que cortaria Saramandaia, o que implicaria na remoção de mais de duas mil pessoas. Essa situação gerou uma mobilização imediata. O bairro, a universidade, o Ministério Público, a Defensoria Pública — todos se envolveram. Foi um turbilhão de atividades: audiências públicas, pareceres técnicos, processos de formação... Esse movimento trouxe uma vitalidade enorme para a relação entre a universidade e a comunidade. Costumo dizer que, quando você entra em um lugar como esse, você nunca mais sai. Embora eu esteja distante, hoje — não vou a Saramandaia com frequência —, há um vínculo afetivo que pode ser retomado a qualquer momento.

Curiosamente, quando começamos, nem estávamos diretamente falando de Reforma Urbana ou Direito à Cidade, mas a luta pelo direito dos moradores e contra a violência das operações urbanas acabou criando essa agregação. Essa experiência está diretamente vinculada a uma compreensão mais abstrata e conceitual, que vem tanto do Direito à Cidade de Lefebvre ([1968] 2001) quanto do Movimento pela Reforma Urbana no Brasil. Essa perspectiva busca formas alternativas de produzir a cidade, conectando-se a discussões antigas, embora ainda atuais, sobre equipamentos coletivos, modos de opressão, renda da terra e especulação imobiliária. E sobre função social da propriedade.

A Reforma Urbana acabou se tornando o mote de uma disciplina que criamos no PPG-AU, em 2010 ou 2011, chamada Política, Democracia e Direito à Cidade. A ideia era partir dos movimentos de Reforma Urbana para explorar o que seria o Direito à Cidade, entendendo-o como um processo aberto, que nunca chega a um fim, porque sempre pode ser mais do que é no momento. É um caminho contínuo, muito mais do que um ponto de chegada. Essa questão da Reforma Urbana acabou virando um projeto do Lugar Comum, mas não exclusivamente dele. Criamos uma rede para estudar a Reforma Urbana na América Latina, incluindo o Brasil. Trabalhei por cinco anos tentando compreender a Reforma Urbana no Brasil, especialmente na primeira metade dos anos 60. Uma grande descoberta, para mim, foi a influência que teve a Revolução Cubana nesse processo no Brasil, algo que raramente se mencionava. O seminário do Quitandinha, de 1963, que abordava diretamente a ideia de Reforma Urbana, foi fundamental nesse contexto, mas ele não surgiu do nada. Havia uma mobilização social e política muito intensa, no Brasil, antes de 1963, e só dá para entender o Seminário dentro dessa ebulição e no contexto dos movimentos geopolíticos da época, especialmente a atuação dos Estados Unidos na América Latina, que se sentiam ameaçados pela Revolução Cubana. A Reforma Urbana, aliás, é uma bandeira política latino-americana, que tensiona as condições específicas das cidades latino-americanas, sendo formulada a partir dessas realidades locais.

Hoje, nossa rede conta com pessoas estudando a Reforma Urbana em países como Argentina, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Brasil. Tentamos entender como ela se concretizou em diferentes contextos, e as diferenças são realmente profundas. Mas existem também influências externas e algumas confusões que precisam ser exploradas com relação ao uso desse termo. Quando falamos em “reforma”, muitas vezes pensamos no movimento de renovação ou transformação física. Por exemplo, é comum generalizar como “reforma urbana” o plano de Haussmann, em Paris, ou o plano de Pereira

Passos, no Rio. Na verdade, acho que esse termo, no sentido em que o usamos hoje, é próprio da década de 60. Seria interessante olhar publicações da época, como as do próprio Haussman ou Pereira Passos, para verificar como o termo era aplicado. Numa pesquisa rápida, não encontrei o uso da expressão "reforma urbana". Aparecem termos como transformação, modernização, entre outros, mas não reforma. Isso porque reforma é, antes de tudo, um conceito político. E essa distinção entre reforma e revolução é outra questão que acho bastante interessante e que merece atenção.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Em 2004, você organizou, com a professora Paola Jacques, o primeiro número especial dos Cadernos PPG-AU/FAUFBA, abordando o tema "Territórios Urbanos e Políticas Culturais".⁶ Quando analisamos os textos no volume, vemos que todos são assinados por mulheres: Paola Jacques, Lilian Fessler Vaz, Márcia Sant'Anna, Carmen Beatriz Silveira, Márcia Noronha dos Santos Ferran e Ana Clara Torres Ribeiro. Pode falar um pouco sobre o processo que gerou esse número e também sobre a predominância das mulheres na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, no Brasil?

Ana Fernandes: A ideia desse número especial era permitir que determinados temas, que já estavam sendo trabalhados por grupos de pesquisa, fossem publicados e ampliassem o alcance dessas discussões. Paola sempre teve uma capacidade incrível de coordenar processos muito interessantes, de engajar várias pessoas e de fazer todo mundo pensar junto. Esse volume foi resultado dessa energia e refletia uma discussão que já estava em andamento na época: a relação entre cultura e território era uma temática importante, porque trazia à tona desafios relacionados a uma maior abertura e justiça social. No entanto, essas temáticas frequentemente são atravessadas por mecanismos que acabam transformando — e, às vezes, até limitando — as possibilidades de ação. A folclorização da cultura e a redução de determinados símbolos culturais, particularmente vinculados ao circuito do turismo e à produção de novos centros urbanos, são questões importantes. Destaco desse conjunto de textos a abordagem de Paola, ao tratar da espetacularização das cidades (JACQUES, 2004). Lilian, se não me engano, estudava bastante as políticas culturais no Rio de Janeiro, analisando como essas dinâmicas atravessavam os territórios (VAZ, 2004). Márcia Ferrand (2004) trouxe um trabalho muito interessante sobre as *friches industrielles*, os espaços industriais abandonados que estavam sendo recuperados e transformados em espaços culturais por diversas iniciativas em cidades francesas. Em 2004, Márcia Sant'Anna havia terminado seu dou-

⁶ N.E. — Cf. <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/issue/view/182>.

torado, com um trabalho belíssimo chamado *A Cidade-atração*, que explorava a relação entre essas transformações e as políticas culturais, sendo que o texto na revista reflete essa pesquisa (SANT'ANNA, 2004a; 2004b). Ana Clara Torres Ribeiro (2004), por sua vez, escreveu "Oriente Negado", um texto que emociona desde o título até a última linha, que trata das trocas sociais na cidade, destacando as relações de sociabilidade que persistem mesmo sob instâncias de opressão e exploração. Quando ela fala de mercado, no texto, não é sobre o mercado global ou capitalista, mas sobre as trocas sociais em um espaço onde, apesar das limitações, ainda há possibilidade de construir sociabilidade. Essa ideia de sociabilidade é algo que Ana Clara desenvolve com muita delicadeza. O texto "Sociabilidade Hoje", por exemplo, que ela publicou um tempo depois no Caderno CRH (RIBEIRO, 2005), traz os "gestos-fios" como conceito central, que conectam as trocas sociais e dialogam diretamente com o que ela apresenta em "Oriente Negado". É um nível de produção de conhecimento que integra vida e pensamento, algo que considero realmente excepcional.

Sobre as mulheres, acho importante ressaltar o papel central que desempenham na nossa área. Quando fui presidente da ANPUR, entre 2005 e 2007, já havia uma sequência de mulheres na presidência: antes de mim, Heloísa [Soares de Moura Costa]; antes dela [Maria] Cristina [Leme]; antes de Cristina, [Maria] Flora [Gonçalves]; e, antes de Flora, Norma [Lacerda]. Milton [Santos], antes, presidiu a Associação, quando organizamos a ANPUR, na Bahia, em 1993. Na época, eu pensava que, talvez, as mulheres assumissem essas posições porque os homens estavam ocupados com outras coisas ou simplesmente não queriam mais esses papéis. Hoje, vejo que os homens voltaram, o que pode indicar que essas posições ganharam mais prestígio, seja para a Associação ou para quem as ocupa. Acho que as mulheres têm um forte comprometimento em manter as coisas funcionando, em não abandonar certas lutas que são fundamentais para a vida social. Isso se conecta com a ideia de cuidado: cuidar para que as coisas não desmoronem, para que continuem existindo e funcionando. Essa é, sem dúvida, uma contribuição significativa.

Estou falando isso muito mais a partir de sentimento do que de uma avaliação mais substancial, mas percebo que a área de Arquitetura e Urbanismo se feminilizou bastante ao longo do tempo. Ainda na década de 90, quando eu estava na direção da FAUFBA, fazia levantamentos das turmas que entravam. Lembro que, em um dado momento, as turmas chegaram a ter 70% de mulheres. Não sei como isso se apresenta em nível nacional, mas aqui era evidente. Talvez, nos anos 90 e início dos anos 2000, esse movimento tenha se conectado com o crescimento da decoração, ou da arquitetura de interiores,

áreas que, de certa forma, pareciam mais “adequadas” às mulheres. Esses campos eram vistos como menos exaustivos em comparação, por exemplo, com o trabalho em canteiros de obras. Hoje, percebo uma mudança substantiva. Não sei como isso se reflete no mercado de trabalho, algo que precisaria ser analisado com mais cuidado, mas se olharmos para as lideranças acadêmicas e intelectuais, vemos um protagonismo feminino maravilhoso.

Apesar disso, a distribuição por gênero continua desigual, mesmo com avanços significativos. E quando se trata de raça, sequer temos dados suficientes, porque ainda existe essa ideia de que mérito, raça e gênero são campos opostos. Mas vejo uma exuberância na participação das mulheres, algo marcante e transformador. Não sei se isso é apenas uma questão afetiva, porque pode ser que eu esteja mais sensibilizada para aquilo que me comove. Fico pensando se esse “modo de pensar feminino” — associado à ética do cuidado, a valores e a formas distintas de lidar com as coisas — também atravessaria o universo masculino. Isso abriria a possibilidade de uma maior expansão desse modo de compreender o mundo, indo além da racionalidade estrita, da norma, da objetividade, e buscando uma combinação entre esses elementos.

Tudo isso me leva a uma pergunta: por que as mulheres desempenham esse papel tão essencial? Pode ser que a arquitetura e o urbanismo tenham sido, de certa forma, abandonados por outros setores. Veja, por exemplo, a área de propaganda. É uma área que, pelo menos na minha percepção, ainda é bastante masculina, marcada pela criatividade e por outros valores. Na Arquitetura, talvez, as mulheres tenham encontrado um espaço onde podem expressar melhor suas competências, em parte porque os homens, por alguma razão, se afastaram dessa área. A desvalorização salarial pode ser uma explicação: o ensino e a pesquisa, especialmente nas universidades públicas, remuneram muito pouco. Quando comparamos os salários de diversas áreas, perceberemos que os rendimentos da universidade, particularmente nas federais, estão bem aquém do que se paga em outros setores, como o sistema financeiro ou bancário, em que tarefas burocráticas podem oferecer remunerações muito mais altas. Então, talvez isso também tenha contribuído para que as mulheres ocupassem esses espaços, enquanto os homens buscavam outras oportunidades. Mas, de fato, é algo que merece mais reflexão.

Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Uma última pergunta... Se você encontrasse uma pessoa fazendo a seleção para o PPG-AU/FAUFBA, o que diria que ela vai encontrar de diferente?

Ana Fernandes: Bom, diria que o PPG-AU/FAUFBA tem pessoas altamente comprometidas e qualificadas, com maneiras instigantes de entender e atuar sobre a realidade.

Existe um esforço genuíno em estabelecer interfaces com a sociedade como parte intrínseca da formação que oferecemos. Isso não é só porque a Capes pede — e sabemos que ela pede —, mas porque há uma dedicação real nesse sentido. Acho que essa investida no campo da justiça cognitiva, tanto em termos de quantidade quanto da qualidade das pessoas envolvidas, talvez seja um dos nossos grandes diferenciais. E, claro, a nossa localização também contribui. A Bahia tem uma característica muito especial. Lembro de quando eu estava na direção da faculdade e um pai de uma estudante veio conversar comigo. Ele disse que a filha queria vir para a Bahia para estudar preservação do patrimônio, mas que ela também poderia entrar na USP sem problemas. O que eu disse a ele foi: “Ela terá duas experiências completamente diferentes, e precisa decidir o que deseja”. Cada instituição oferece algo que reflete a forma como ela é constituída e, na UFBA, sinto que ainda há espaço para muita gente. Você não precisa competir tanto para encontrar seu lugar, o que cria uma infinidade de possibilidades. Em outros lugares, os espaços são mais normatizados, mais regulados, e isso pode gerar um certo constrangimento. Claro, sempre acredito que há espaço para todo mundo, basta saber dividir. Mas acho que a divisão de espaço é algo que marca mais algumas instituições do que outras, dependendo de como lidam com divergências e conflitos. Também acho que, onde há mais mulheres, os espaços tendem a ser mais pacíficos. Essa é outra característica que pode ajudar a manter as instituições funcionando, o que é muito importante sobretudo em situações de crise.

Referências

- BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. v.1/v.2/v.3. Rio de Janeiro, Contraponto, (1954) 2005.
- BRETON, André; TROTSKY, Leon. **Por uma arte revolucionária independente**. São Paulo: Paz e Terra, (1938) 1985.
- FERNANDES, Ana Maria. **Production et Reproduction du Quartier du Bom Retiro a Sao Paulo (Brésil)**. 1985. Tese (Doutorado em Planejamento e Meio Ambiente) — Universidade Paris-Est-Créteil-Val-de-Marne, Paris, 1985.
- FERRAN, Marcia Noronha dos Santos. Atuando na Margem: Projetos Culturais Participativos nos Subúrbios do Rio e de Paris. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 2, número especial 1, p. 73-95, 2004.
- JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização urbana contemporânea. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 2, número especial 1, p. 23-29, 2004.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, (1968) 2001.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Oriente negado: cultura, mercado e lugar. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 2, número especial 1, p. 97-107, 2004.
- SANT'ANNA, Márcia. **A Cidade-atração: a Norma de Preservação de Centros Urbanos no Brasil dos Anos 90**. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004a.
- SANT'ANNA, Márcia. A Cidade-atração: Patrimônio e Valorização de Áreas Centrais no Brasil dos anos 90. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 2, número especial 1, p. 43-58, 2004b.
- VAZ, Lilian Fessler. A "Culturalização" do Planejamento e da Cidade: Novos Modelos? **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 2, número especial 1, p. 31-42, 2004.

Recebido em: 20/08/2024.

Aceito em: 18/11/2025

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v14i0.71134

Como citar: FERNANDES, Ana. "O ponto em comum entre as abordagens do PPG-AU é a adesão política à expansão da justiça cognitiva". **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 14, n. 1, p. 72-89, 2025.



FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL